

INCLUSÃO DE EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA: DESAFIOS PARA O ENSINO DE QUÍMICA NAS ESCOLAS ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA – MA.

Josilene Silva de Assis de Sousa¹; Cleumir Pereira Leal¹;

*Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão - Campus Açailândia.
(acailandia@ifma.edu.br)*

Introdução

A forma como a educação é absorvida por profissionais diz muito sobre sua prática pedagógica, o professor que lida diretamente com aluno em sala de aula, sabe como há diariamente estorvos entre ele e seus alunos.

As muitas facetas observadas diariamente são primícias para reflexões entre Teoria e Prática. Sabe-se que educação e diferença coexistem, quer sejam elas entre alunos ou entre práticas docentes. A verdade é que as políticas públicas há décadas veem quimerizando a ruptura das barreiras que impedem uma educação ao alcance de todos.

Uma outra questão seria a terminologia empregada, pessoas com deficiência, termo preferencialmente usado pela Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência, que em 2004 foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU. Aqui no Brasil a forma como esses alunos são chamados passou por diversos sinônimos, o último garantido no momento e mais utilizado é “**educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento** e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996), grifo nosso. Redação dada pela Lei 12.796/2013 alterando a Lei 9.394/96 em seu Artigo 58.

Muitos eventos, leis, medidas foram acontecendo para que hoje tivéssemos mais esclarecimentos do que é uma Educação Inclusiva. Na *Declaração de Salamanca* foi confeccionado o primeiro documento internacional que defendia o ingresso desses alunos em escolas regulares, o texto diz “nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial... reafirmamos o nosso compromisso com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais” (UNESCO, 1994). Um enorme passo foi dado para que hoje fosse de fato “enterrado” o atendimento segregado desses indivíduos. Não deixando de lado que a lei brasileira que ora já vigora dá garantias de acesso aos educandos com necessidades especiais em escolas públicas e particulares desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

O fato da Lei garantir o acesso e a permanência desses alunos não quer dizer que sua estância tenha resultados aceitáveis. Dificuldades ao longo do ensino são enunciadas por pesquisadores em diversas pesquisas e questionamento, onde “*falar de inclusão escolar é, exatamente, cumprir um compromisso coletivo, político e ético de não permitir a exclusão*”, (OLIVEIRA; VALENTIM; SILVA, 2013).

É incontestável a necessidade de formar profissionais para o exercício da docência, fato este já bem antigo, segundo Dutra (2014, p. 6) destaca que “*os professores seriam examinados em sua proficiência na aplicação do método do ensino mútuo, no qual deveriam se aperfeiçoar, às suas expensas*”.

A instrução no domínio do método caracteriza uma primeira intenção de preparar pela primeira vez na Lei de 15 de Outubro de 1827, a Lei das Escolas de Primeiras Letras que diz

também em seu Artigo 5 os professores ainda sem instrução são obrigados às próprias expensas por um curto prazo instruir-se em escolas das capitais (BRASIL, 1827).

Uma das dificuldades encontradas na educação de muitos países, inclusive o Brasil é a inclusão de alunos com deficiências sejam elas físicas, mentais ou aquelas com baixo ou elevado nível de inteligência (Q.I.). Questões como essa foi que por muito tempo esses alunos receberam uma educação diferente dos que não tinha necessidades especiais segundo (GLAT, 2005, p. 35) “*Sob este enfoque, a Educação Especial que por muito tempo configurou-se como um sistema paralelo de ensino*” aumentou ainda mais a segregação entre os que tinham ou não deficiências. E é nesse intuito que este projeto de pesquisa pretende fazer uma reflexão sobre como os professores lidam com a demanda desses alunos em salas regulares de ensino, visto que ainda existem muitos profissionais que não possuem cursos de formação continuada que os auxiliariam no trabalho em sala de aula.

A Química por exemplo, enfrenta muitos obstáculos diante dos professores, pois lhes faltam didática específica mais concretas o suficiente para lidar com os alunos de necessidades especiais, deixando-a na maioria das vezes incompreensível. Inquietações que iniciam na formação inicial até os cursos de formação continuada.

Com isso, é que o objetivo deste trabalho é entender como os professores de Química estão diante dos desafios de lidar com alunos deficientes e se possuem Formação Continuada que os auxiliam nesta demanda.

Metodologia

O desenvolvimento desta pesquisa foi, inicialmente através de pesquisa bibliográfica, tendo em vista a fundamentação teórica deste trabalho através da leitura e fichamento de livros, artigos e trabalhos monográficos, teses e dissertações de autores que abordam sobre formação de professores, inclusão de alunos com deficiências e ensino de Química.

Em seguida, foi feita uma pesquisa documental a fim de conhecer como se dá as bases legais e a organização formal da escola em torno da inclusão de alunos com deficiências: LDB 9.394/96, documentos legais que tratam sobre a para inclusão de alunos com deficiência, Projeto Político Pedagógico, plano de aula e demais documentos relacionados ao tema.

Outra etapa dessa pesquisa será a aplicação de um questionário fechado em 4 (quatro) escolas diferentes, contendo 05 (cinco) questões que indagaram os professores de Química sobre Formação Continuada, as estratégias metodológicas, os recursos materiais e humanos disponíveis e a formação continuada desses professores diante da demanda dos alunos no comprometimento da Educação Inclusiva. Esperasse que os professores confrontados possam refletir sobre suas respostas e num próximo momento obter-se um resultado satisfatório com o tema.

Resultados e Discussão

Após a aplicação do questionário foi verificado que uma parcela de professores não adquiriu formação suficiente para atender a demanda de alunos com deficiência. Fato este que gera uma preocupação diante da necessidade de conhecer como muitos professores necessitam saber das limitações, avanços e retrocessos desses educandos. Onde o mesmo foi comprovado quando os professores responderam a seguinte pergunta: Você adquiriu formação suficiente para o desenvolvimento de ações com educandos com deficiência em sala de aula? Sendo que 88% dos professores disseram não e 12% relataram que sim.

A pergunta seguinte se referiu a inclusão no planejamento de atividades com metodologias voltadas à Educação Inclusiva. O resultado foi de que 19% disseram que às vezes, 12% que sim e a grande maioria 69% que não planeja com essa visão.

Agora em relação aos materiais didáticos específicos apenas 6% ou seja, um percentual bastante mínimo de professores que utilizam material condizente com a deficiência do educando. Situação preocupante quando entendemos que alguns educandos com deficiências necessitam um apoio material que se adeque às suas necessidades para não impedirem de compreender os comandos do docente. Restando 94% dos professores questionados disseram que não costumam utilizar material específico para atender esses educandos.

O questionamento referente a questão 4, que falou sobre espaço físico das escolas em que os professores pesquisados atuam revelou que das quatro escolas pesquisadas apenas uma (25%) possui espaço físico adequado para atender a demanda de alunos com deficiências. Fato este que deve ter total atenção pois, em se tratando de deficiência física os espaços escolares devem se adequar para que estes educandos possam se locomover sem atropelos.

A última questão foi sobre aperfeiçoamento fazendo curso livre de formação continuada na área da Educação Inclusiva. Resultado semelhante a questão 1 pois, a grande maioria (81%) não teve e nem procura fazer curso livre de formação continuada nesta área e apenas 19% costumam se aperfeiçoar. Sabe-se da grande importância do entendimento de atender essa demanda, professores deveriam refletir para esta carência de conhecimento.

Então, percebe-se a grande necessidade que os professores têm de aperfeiçoamento, na área da Educação Inclusiva já que, um ensino de qualidade além de ser direito do aluno, torna-se nesse sentido uma obrigação do professor.

Conclusões

Por fim, conclui-se que os professores que foram pesquisados nas escolas estaduais no município de Açailândia – MA, tendo como foco principal “inclusão e formação continuada no ensino de Química”, não possuem formação suficiente para atender a demanda de educandos com deficiências. Realidade esta, que deve preocupar além dos leitores desta pesquisa também a comunidade escolar que lida diariamente com a necessidade de um acompanhamento mais digno, para fazer valer o que a Lei garante além da matrícula, que seria a permanência desses alunos com uma qualidade de ensino igualitária.

Esta pesquisa em andamento também concluiu a necessidade de uma reavaliação dos métodos de ensino desses professores, já que a reflexão da prática docente seria o primeiro passo para mudanças dum problema. Oportunidade está que tiveram na aplicação do questionário e que a partir das conclusões, eles busquem uma prática que faça valer o verdadeiro sentido de educar para todos.

Referências

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. **Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira.** Revista Inclusão, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL, LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 24 de Jan 2018.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827– parte primeira.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 23 de Abr. de 2018.

DUTRA, Juliana. **Formação de professores no Brasil.** Anuário de Produções Acadêmico-científicas dos discentes da Faculdade Araguaia, v. 3, p. 284-304, 2014.

OLIVEIRA, A. A. S; VALENTIM, F.O.D.; SILVA, L.H. **Avaliação pedagógica: foco na deficiência intelectual numa perspectiva inclusiva.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.